

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Dilema de Imprensa Class.: 2452

Data: 21/11/91

Pg.: _____

Área ianomâmi ameaça o país, diz general

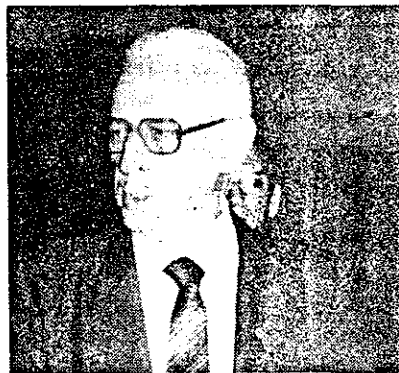
O ex-comandante Militar da Amazônia, general Euclides de Oliveira Figueiredo Filho, disse que a reserva criada pelo presidente Collor para os índios Ianomamis não atende aos interesses brasileiros e ameaça a soberania nacional na Região Amazônica, porque, no mínimo, é incompleta. Segundo o general, a criação da reserva deve disciplinar a presença de tropas do Exército e o processo de aculturação dos índios, para que eles não fiquem isolados do resto da população. Euclides Figueiredo falou na sede do Ministério da Economia do Rio, durante a eleição da Associação dos Diplomados da Escola Superior de guerra, a Adesg, instalada naquele local.

Ele afirmou que o Congresso precisa rever a decisão do presidente da República, para proteger a soberania. O general criticou o presidente Collor dizendo que ele tem a preocupação de agradar organismos internacionais, com orisco da soberania brasileira.

O militar acredita que o presidente deve explicações ao povo brasileiro.

O presidente da República pode abdicar da soberania brasileira sobre a área da reserva, que supera duas vezes a de alguns países da Europa, e está mais do que claro que organismos internacionais realizam pressões para criação de um nação ianomami soberana.

O general Euclides Figueiredo, que é irmão do ex-presidente João Batista Figueiredo, declarou ainda



Euclides: governo mal assessorado

que decisões como a relativa à Reserva Ianomami, no passado, transitavam pelo antigo Conselho de Segurança Nacional, que assessorava o presidente.

Mas o órgão foi transformado em um conselho de defesa que parece não ter a mesma função.

Segundo o general, ao que se refere a reserva ianomami, a Secretaria para Assuntos Estratégicos (SAE) não assessorou corretamente o presidente da República.

Quem orientou o presidente, orientou errado. Nem a Funai, disse o general Euclides, que sabe quantos índios Ianomamis existem na Amazônia, "enquanto a intenção do secretário Lutzemberger de mantê-los no estado primitivo atual é um equívoco histórico, pois eles tem o direito de se integrarem aos demais cidadãos brasileiros.